

ESTRATÉGIAS DE ORIENTAÇÃO PARA FAMÍLIAS VULNERÁVEIS NA INCLUSÃO DE CRIANÇAS DE 3 A 5 ANOS NA EDUCAÇÃO PRÉ- ESCOLAR NO DISTRITO DO ZANGO

GUIDANCE STRATEGIES FOR VULNERABLE FAMILIES IN THE INCLUSION OF 3 TO 5-YEAR-OLD CHILDREN IN PRESCHOOL EDUCATION IN THE ZANGO DISTRICT

Madalena José Correia Lucena¹

João Manuel Correia Filho²

Resumo: A orientação familiar em contextos educativos é um conjunto de acções de capacitação e intervenção com a família em determinadas matérias e realidades, em prol ao maior interesse das crianças e do pleno funcionamento do sistema familiar enquanto célula base da vida social. Desta forma, o artigo tem como finalidade propor um sistema de actividades para orientação das famílias vulneráveis das crianças de três aos cinco anos de idade na Educação Pré-escolar de um dos bairros do Distrito do Zango, por meio de técnicas participativas que possibilitem sua inserção no contexto educativo. Nesta ordem, o estudo se apoiou numa metodologia qualitativa, configurando-se estudo de caso a partir da revisão bibliográfica e documental, que serviu de suporte a observação e a entrevista. Desta feita, verificou-se que estudo possibilitou o envolvimento das famílias na educação dos seus filhos; modelagem e controlo de comportamento; motivação e actividades integradas nas rotinas familiares. Portanto, foi possível impactar positivamente no estado de consciencia das famílias quanto

1 Mestre em Mestre em Intervenção Educativa e Social na Infância Faculdade de Serviço Social da Universidade de Luanda, e-mail - xcura27@hotmail.com

2 Doutor em Ciências da Educação pela Universidade de Évora e pela Universidad de la integración de las Americas, Professor Auxiliar na Faculdade de Serviço Social da Universidade de Luanda, Investigador do Centro interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora, E-mail: jmc82@yahoo.com.br , <http://orcid.org/0000-0003-0868-9108> .

a importância da educação pré-escolar para os seus filhos.

Palavras – chave: Orientação familiar, famílias vulneráveis, criança e Educação Pré-Escolar

Abstract: Family guidance in educational contexts is a set of training and intervention actions with the family on specific topics and realities, in the best interest of the children and the proper functioning of the family system as the foundational unit of social life. Thus, the purpose of this article is to propose a system of activities to guide vulnerable families of children aged three to five years old in Preschool Education in one of the neighborhoods of the Zango District, through participatory techniques that enable their integration into the educational context. In this regard, the study relied on a qualitative methodology, configured as a case study based on bibliographic and documentary review, which supported the observation and interview. Consequently, it was found that the study enabled family involvement in the education of their children; behavior modeling and control; motivation; and activities integrated into family routines. Therefore, it was possible to positively impact the families' awareness of the importance of preschool education for their children.

Keywords: Family guidance, vulnerable families, child, and preschool education.

Introdução

Este trata da orientação das famílias para a inserção de crianças de 3 a 5 anos na educação pré-escolar e sua integração no meio social. A relevância desta abordagem é destacada pelo papel fundamental da família como pilar da ação educativa, sendo sua participação essencial não só para o processo de aprendizagem, mas também para a inserção, permanência e sucesso escolar das crianças, além do enriquecimento de todo o sistema educativo.

Sob a óptica sociológica, a família é reconhecida como a célula base da sociedade, sendo a

primeira instituição social e educativa responsável pela protecção e desenvolvimento dos indivíduos, sejam crianças, jovens ou adultos. É dentro do ambiente familiar que os indivíduos encontram as condições afectivas, emocionais e materiais necessárias para o seu pleno desenvolvimento, abrangendo aspectos físicos, mentais, espirituais, morais, culturais, económicos, profissionais e sociais.

A educação é compreendida como um processo contínuo de aquisição de conhecimentos e habilidades, essencial para o desenvolvimento pessoal e profissional. Nesse sentido, as famílias devem garantir o direito à educação para as crianças desde os primeiros anos de vida, especialmente na fase pré-escolar, que se destaca por ser um período em que o cérebro infantil é altamente moldável. No entanto, muitos filhos de famílias vulneráveis ainda não têm acesso às instituições de ensino formal, seja pela ausência dessas instituições nas suas localidades ou pela negligência e vulnerabilidade social de seus responsáveis. A qualidade da assistência familiar, especialmente para as crianças na faixa etária pré-escolar, está fortemente ligada às competências dos pais, à herança cultural, às condições socioeconómicas e ao conhecimento que eles têm do sistema educacional.

É importante destacar que, na actualidade, a educação formal é considerada uma das principais ferramentas para o desenvolvimento do potencial humano. Em um mundo globalizado, com avanços na ciência e na tecnologia, é fundamental que as crianças sejam educadas de acordo com as exigências do presente e do futuro, para que possam se adaptar adequadamente ao meio social e construir uma sociedade mais justa e inclusiva, onde todos, independentemente do seu contexto geográfico, possam usufruir do bem-estar social.

Apesar dessa necessidade, muitas famílias ainda não cumprem adequadamente com as exigências de garantir o desenvolvimento integral dos filhos, devido a uma série de factores, como dificuldades económicas e sociais. Nesse contexto, o subsistema de Educação Pré-Escolar, que abrange crianças de 3 meses a 6 anos de idade, é visto como a base da educação. A lei nº 32/20 de 12 de agosto, que contempla a criação de Centros de Educação Comunitária, visa atender as famílias vulneráveis e promover a inserção das crianças de 3 a 5 anos na educação pré-escolar por meio de práticas educativas parentais.

No entanto, a realidade angolana, especialmente nas periferias de Luanda, como no Distrito do Zango, evidencia uma oferta insuficiente de educação pré-escolar. As barreiras económicas, o baixo nível escolar dos pais e o analfabetismo são factores que dificultam a inserção das crianças em instituições educacionais formais. Para muitas dessas famílias, é mais comum que as crianças ajudem nas tarefas domésticas ou no trabalho familiar, o que resulta em um desinteresse pela educação formal.

Ainda assim, é crucial destacar que essa fase de desenvolvimento das crianças é fundamental para suas aquisições cognitivas, sociais e emocionais. Garantir o acesso à educação infantil é assegurar o pleno desenvolvimento integral das crianças. Nesse sentido, os Centros de Educação Comunitária previstos na Lei 32/20 têm a missão de atender as famílias vulneráveis, proporcionando orientação e apoio para a inserção das crianças na educação formal.

Contudo, os centros comunitários precisam enfrentar esses obstáculos oferecendo horários flexíveis, adoptando abordagens positivas e acessíveis para as famílias e utilizando uma linguagem clara, sem estigmas, para promover um maior envolvimento dos pais no processo educativo. É necessário um esforço conjunto para garantir melhores níveis de desempenho educacional e reduzir as taxas de insucesso escolar nos primeiros anos de educação.

As dificuldades apresentadas acima revelam a contradição entre as exigências sociais actuais e as políticas públicas voltadas à inserção das crianças na educação pré-escolar. Deste modo, o artigo tem por finalidade propor um sistema de actividades para orientação das famílias vulneráveis das crianças de três aos cinco anos de idade na Educação Pré-escolar de um bairro no Distrito Urbano do Zango, por meio de técnicas participativas que possibilitem sua inserção no contexto educativo. A orientação das famílias vulneráveis é, portanto, um passo fundamental para alcançar a universalização da educação infantil e promover uma educação inclusiva e de qualidade para todos.

Importância da orientação familiar na Educação Pré-escolar

A orientação familiar e a Educação Pré-escolar são elementos fundamentais para o

desenvolvimento integral da criança, é de suma importância quando o tema é referido as famílias vulneráveis. Pois, a terminologia vulnerável indica a existência de riscos provocados por insuficiências de recursos para se prover as necessidades vitais dos indivíduos.

Assim, a noção de “família vulnerável” é frequentemente associada a contextos socioeconómicos, culturais e psicológicos que afectam o bem-estar das crianças e dos membros da família de forma geral. Em Angola, autores como Castro (2010) e Piedade (2012) têm contribuído para o entendimento dessa questão. Castro (2010), descreve a família vulnerável como aquela que enfrenta dificuldades significativas relacionadas à pobreza, à ausência de recursos básicos e à falta de acesso a serviços de saúde e educação. Para o autor, as condições de vulnerabilidade em uma família podem afectar directamente o desenvolvimento emocional e cognitivo das crianças, comprometendo seu acesso a uma educação de qualidade e ao suporte necessário para seu crescimento saudável.

Assim sendo, esta realidade torna cada vez mais complexa ou até impossível quando se trata do desempenho normal da função social de muitas famílias para com os seus membros. E isto por sua vez impacta toda uma vida dos indivíduos principalmente das crianças, pois, numa perspectiva educacional, defende-se que é desde o berço que se deve garantir o acesso a educação pela influência transformadora que a mesma exerce na vida do indivíduo.

Além disso, esta necessidade torna-se vital para as famílias na actualidade e de modo especial as famílias das comunidades, ao se considerar o novo contexto social mundial, aonde as nações partilham dos mesmos objectivos culturais, políticos, económicos e sociais sem excepção da educação. Por isso, hoje por hoje, as instituições educativas buscam por cidadanias inclusivas e democráticas.

Diante disso, os desafios educativos tornam-se cada vez maiores, pelo facto de cada contexto educativo possuir características físicas, culturais, políticas e económicas próprias. Paralelamente a isso, cada família tem de igual modo, características que lhes são próprias, condições sociais, pelo qual deve garantir que os seus membros tenham dignidade (adultos jovens, adolescentes e crianças) o que implica dizer, que os meios de subsistência não são iguais ou equiparados, variando assim, de contexto a contexto.

Assente nessas preocupações, Batista (2019) afirma que o acesso a educação na actualidade é considerado como principal ferramenta de desenvolvimento humano. Partilha deste ponto de vista, Morgado (2005) citado por Filipe (2013, p.9) ao defender que:

A Educação é a base da igualdade de oportunidades, da autonomia individual responsável, da realização social, da cidadania activa, da estratégia de desenvolvimento assente na qualificação dos recursos humanos, da investigação e do desenvolvimento, do progresso tecnológico endógeno, da inovação, do desenvolvimento sustentado, sem esquecer, como já antes se acentuou, a educação inclusiva e a educação ao longo da vida.

Já na perspectiva de Patias, Siqueira, e Dias (2013) consideram o contexto familiar é o locus privilegiado para a garantia da educação infantil e é no ambiente familiar onde se dá início às interações sociais, onde indivíduo participa, aprendendo regras e modos de se relacionar. Nesta ordem de ideias, vale sublinhar que é fundamental à participação da família como mediadora para alcançar o desenvolvimento integral de seus filhos tendo em conta suas condições físicas, a capacidade ou competência moral, psicológica, espiritual, intelectual, entre outras dimensões.

Apesar disso, muitas são as famílias que pouco ou nada tem feito para garantir a educação dos seus membros. Assim, a contributo da orientação familiar fundamenta-se na medida em que tal prática serve para capacitar e corresponsabilizar as pessoas pela promoção e aumento das capacidades individuais e familiares que apoiam e fortalecem o funcionamento familiar conforme. Pois, as práticas familiares negligentes, com expressividade de pouco afeto e atenção as necessidades vitais da crianças constitui factor de risco para o desenvolvimento infantil, conforme (Quiterio et al., 2021).

Analisando o exposto, fica explícito que para alcançar o desenvolvimento integral das crianças nesta importante etapa da vida, é necessário que a família esteja inserida e por conseguinte, contribua activamente para o processo educativo. Além disso, interpretando os argumentos apresentados ficou claro que a relação íntima que se estabelece entre as crianças e a família favorece a consecução do processo educativo.

Apesar de se tratar de famílias em estado de vulnerabilidade, com condições de vida,

económicas e sociais extremas é indiscutível e inegociável o seu papel neste processo. Perspectiva semelhante é defendida por Batista (2019) quando afirma que é o ambiente familiar que garante que o processo educativo seja bem-sucedido, através dos diversos apoios que a mesma presta às crianças, desde o afectivo, emocional ao material.

Segundo os critérios de Gómez, (2011) a família assume o seu protagonismo como promotora do desenvolvimento infantil, quando se compromete, prepara, organiza, conduz as acções educativas que realiza com seus filhos e filhas e valoriza seus resultados. Com isso, os autores reafirmam o papel da família na formação das novas gerações; mesmo quando os sistemas de vida sejam diferentes devido ao progresso social, continuará a ser o núcleo fundamental da sociedade, um critério que é partilhado e do qual deriva a necessidade de aprofundar a procura de alternativas que lhe permitam melhor orientá-la na educação das crianças e estimular adequadamente o seu desenvolvimento.

Para enfrentar a orientação familiar com as famílias vulneráveis, o educador deve basear-se num conhecimento profundo das famílias de cada uma das crianças, o que lhe permite avaliar com precisão a influência da sua dinâmica familiar no desenvolvimento integral. A aprendizagem, o desempenho académico, as habilidades, os hábitos, os comportamentos frequentes e os estados emocionais que a criança apresenta não podem ser valorizados fora do convívio familiar. Vale ressaltar que, embora possam apresentar características semelhantes, cada família possui sua dinâmica.

Segundo Sousa & Filho (2008), a família tem uma função socializadora, formadora muito importante. Nesta conformidade a família e escola devem estar interligadas com um mesmo objectivo por terem importantíssimas funções educativas todas às cumprem com suas características diferentes, mas a figura do educador e o centro infantil são fonte de estabilidade como fonte de apoio. Na ordem de ideias, Vilhena & Silva (2002) esclarece que:

A educação pré-escolar assume-se como complementar da acção educativa da família e incentiva os pais a participarem no Projecto Educativo do Estabelecimento. Na sua construção devem ser exploradas todas as possibilidades de uma relação mais interactiva com a comunidade, inclusive na utilização dos espaços.

Mas, apesar do que foi citado, algumas dificuldades típicas das famílias, que afetam a vida dos seus filhos, ficam evidentes quando não satisfazem as suas necessidades materiais, negligenciam a sua saúde, não cuidam bem da sua alimentação, dão pouco estímulo aos filhos, não incentivam a comunicação activa, não facilitam a socialização, não promovem as brincadeiras necessárias. Especificamente no momento de ingressar na escola, não preparam a criança para o ingresso e para a nova vida escolar que terá daqui para frente.

Neste diapasão, Filho (2022) afirma que é necessário que os pais realizem acções de estimulação de forma consciente planeada e sistemática, visando o desenvolvimento integral dos seus filhos, tendo em conta as necessidades educativas específicas e favorecer o uso de variados métodos educacionais apropriados. Enquanto isso, Romudas (2021) reafirma que a participação das famílias em diversas actividades gera maior participação e superação de barreiras pessoais e sociais.

Corroborando com os autores, importa sublinhar que a orientação das famílias vulneráveis para inserção educativa das crianças no pré-escolar deve promover a participação destes grupos em iniciativas que possam permitir a sua participação nas actividades educativas realizadas na comunidade. Portanto, a eficácia da orientação familiar é garantida se for realizado de forma sistemática e de qualidade; se quem orienta realiza uma combinação adequada das diversas formas, tendo em conta as potencialidades, necessidades e interesses das famílias e se todos os agentes educativos, todas as forças das famílias e da comunidade estão envolvidos, dependendo de garantir que as crianças que ali residem alcancem níveis de desenvolvimento satisfatórios e integrais.

O papel do Educador de Infância na orientação em famílias vulneráveis.

O educador de infância desempenha um papel fundamental na orientação das famílias, pois, possuir determinados conhecimentos e habilidades capaz de influenciar a participação das famílias no processo educativo dos seus filhos. Para isso o educador de infância por ser o elemento com

conhecimentos, utiliza métodos eficazes para promover um ambiente educativo saudável as crianças.

Além disso, o educador de infância na sociedade assume o papel de educador das crianças e contribuir para a organização e desenvolvimento da vida familiar de seus educandos. Nesta ordem de ideias, o papel do educador de infância se traduz na constituição da parceria entre a instituição educativa e a família no sentido de ambas garantirem às crianças o usufruto pleno do direito à educação.

Sendo assim, o educador de infância, precisa reflectir sobre os diferentes contextos em que pode proporcionar às crianças as suas primeiras experiências de vida democrática bem como a nível pessoal e social tendo em conta que o ambiente que proporciona deve criar a sensação de segurança, confiança e autoestima para que seja mais fácil o envolvimento da criança.

Para isto acontecer e de modo a facilitar e respeitar a comunicação com as crianças, o/a educador/a deve estar disposto a assumir uma atitude crítica e reflexiva, questionando sempre a sua prática, no qual terá de reconhecer o direito à participação, disponibilizando oportunidades (espaços e meios) para a criança participar. Assente nessas preocupações, Lima (2019) defende que o educador enquanto representante da instituição educativa tem o papel de consciencializar as famílias a fim de abrir oportunidades para o exercício das práticas pedagógicas democráticas.

Assim sendo, conforme Filipe (2013), a instituição educativa deve criar métodos que propiciem a presença e participação das famílias no processo educativo dos seus filhos e, para isso, é essencial estar predisposto a escutá-las. Nesta ordem de pensamento, considera-se que o educador de infância deve utilizar diferentes estratégias para promover a presença e a participação das famílias no processo educativo das crianças tais como: reuniões de pais, entrevistas individuais, festas, convívios, teatros, jogos, campanhas, exposições, visitas de estudo, dentre outros.

Contudo, os conhecimentos e habilidades do educador de infância não beneficiam somente as crianças, mas sim todo o sistema familiar e social do indivíduo. Além disso, é relevante também sublinhar que a relação família-escola é uma relação que enriquece o sistema de ensino. Além disso, ela proporciona ferramentas e estratégias para que a família possa lidar de forma saudável e construtiva com os desafios que surgem ao longo da vida na educação de seus filhos, concomitantemente a escola

cumpra com zelo a sua missão educativa.

Para isto acontecer e de modo a facilitar e respeitar a comunicação com as crianças, o educador deve estar disposto a assumir uma atitude crítica e reflexiva, questionando sempre a sua prática, no qual terá de reconhecer o direito à participação, disponibilizando oportunidades (espaços e meios) para a criança participar. Devem ainda, estabelecer uma comunicação directa com as famílias, criando um clima acolhedor e seguro para melhor conhecer as necessidades das famílias, para melhor intervir, oferecendo apoio multidisciplinar de modo a alcançar a plena inserção das crianças no ensino pré-escolar.

Nesta perspectiva, o educador de infância converte-se no maior mediador do processo educativo para a ligação entre a instituição e a família o que se torna impensável afastar a família deste processo. Consequentemente, a instituição como extensão da família, favorece a dinâmica desta relação, pois, nem todos os pais sabem como se envolver nas actividades das crianças nos diferentes contextos e nem todas as actividades planificadas os envolvem.

Portanto, para a realização de um trabalho exitoso na orientação de famílias vulneráveis, os educadores de infância devem colaborar com profissionais de outras áreas como assistentes sociais, psicólogos, sociólogos, para que tenham o suporte de certas informações relacionadas as famílias. Significa que, os educadores de infância são vistos pelos pais como os profissionais que sabem como educar os seus filhos embora que, para que as crianças se consigam desenvolver de forma integral, é preciso que haja uma parceria entre as famílias e as instituições.

Função educativa da família no desenvolvimento integral das crianças

Dentro do que os adultos fazem, orientam de forma integral de forma recíproca os pais tendem a receber o que semearam ou plantaram no processo educativo, não tem como uma criança que tem boa orientação, que vive num convívio familiar bem organizado, se tornar diferente daquilo que aprendeu razão pelo qual, a escolha a nível pessoal nos reviu em tudo o que aprendeu e continua a aprender sem

saber que era felizes procurar transmitir os filhos aquilo que eles se vão tornando e o que eles são hoje, ao observar eles a usufruírem conseguir sentir ainda mais a diferença comparativamente a pessoas amigas e conhecidas, o quanto é importante os pais darem aquilo que sabem, sobretudo em termos positivos.

Para Alegret (1991) determinados sistemas familiares podem exercer uma regulação consciente muito activa sobre a formação dos planos de vida dos filhos; enquanto em outros lares esta regulamentação não é sistematizada ou dirigida a um nível consciente.

Portanto, as actividades e relações intrafamiliares, que se agrupam em funções familiares, visam a satisfação das importantes necessidades dos seus membros, não como indivíduos isolados, mas em estreita interdependência. “Por meio dessas actividades e nessa vida grupal, ocorre a formação e transformação da personalidade de seus membros” (Alegret, et al., 2004, p.31).

É necessário ressaltar que as funções se expressam nas actividades reais da família e nas relações específicas estabelecidas entre seus membros, associadas também a diversos vínculos e relações extrafamiliares. Mas ao mesmo tempo são vivenciados na subjetividade dos seus membros, moldando as representações e regulações cuja riqueza psicológica é notável. É evidente que estas funções não são desempenhadas por cada família como desejam, mas são condicionadas socialmente e transformadas ao longo da história como reflexo da mudança social.

Estas actividades e relações intrafamiliares permitem transmitir conhecimentos iniciais e formar nas crianças as primeiras qualidades de personalidade que são condição para a sua posterior assimilação das restantes relações sociais. Ao mesmo tempo, as relações afetivas entre os membros do grupo familiar, a sua comunicação interpessoal, não ocorrem à margem, mas têm precisamente o seu conteúdo psicológico no desenvolvimento destas actividades que agrupou-se em funções familiares.

Estas funções familiares não podem ser concebidas mecanicamente ou consideradas externas ao desenvolvimento familiar; expressam-se nas actividades cotidianas da família, nas relações específicas que se estabelecem entre seus membros, que estão imersos em numerosos laços e relações extrafamiliares. Ao mesmo tempo, são socialmente condicionados e transformam-se como reflexo da

mudança social.

A família desempenha primordialmente uma função econômica, o que historicamente a caracterizou como célula básica da sociedade. Nesta função ficam evidentes as actividades relacionadas à reposição do quadro de funcionários de seus integrantes; o orçamento de gastos da família com base na sua renda; tarefas domésticas relacionadas ao abastecimento, consumo, satisfação de uma série de necessidades materiais individuais, etc. As relações familiares que se estabelecem e os papéis domésticos que desempenham na execução destas tarefas são essenciais para caracterizar a família.

Por sua vez, a função biossocial da família inclui a procriação e a educação dos filhos, bem como as relações sexuais e afetivas do casal. Estas actividades e inter-relações são de grande importância na estabilidade dos pais e na formação emocional dos filhos. Isto inclui as relações que dão origem à segurança emocional dos membros e à sua identificação com a família.

A função espiritual-cultural da família refere-se à satisfação das necessidades culturais de seus membros, à melhoria cultural e à recreação e, principalmente, à educação dos filhos. A função educativa é produzida e mais mencionadas até aqui; se manifesta pelo duplo caráter das funções já analisadas: ou seja, satisfazem diversas necessidades dos membros, neste sentido, Alegret, et al., (2004) afirma que:

Os familiares demonstram diariamente à criança as regras que regem a vida de todos no lar. A família é o pilar da sociedade, que irá prosperar ou declinar dependendo do que cada um dos seus componentes faz dentro dela a sociedade determina a vida familiar e por sua vez a família condiciona importantes qualidades de personalidade nos seus descendentes. Portanto, a família tem uma importante missão de reprodução social porque desempenha um papel insubstituível de transmissão entre o social e o pessoal. (pág.29).

Cada família tem um determinado modo de vida, que depende das suas condições de vida, das suas actividades sociais e das relações sociais dos seus membros. A família tem uma realidade objectiva, refletida nestas condições materiais do lar, mas para cada um dos seus membros as condições de vida e a actividade económica e social dos membros têm um impacto subjectivo importante.

Nesta conformidade, Razeto (2016), defende que a orientação familiar em contextos educativos tem um impacto positivo no desempenho das aprendizagens das crianças, pois é um factor significativo para alcançar os objectivos do sistema educativo. Neste sentido, quando se foca atenção individualizada nas famílias vulneráveis e seus filhos, considera-se também ajudar as necessidades educativas da criança ou adolescente.

Portanto, o trabalho preventivo e em geral o cuidado a essas crianças é focado como uma relação interpessoal, como um processo de comunicação. Ao mesmo tempo, cabe ao centro infantil, como instituição socializadora, realizar uma transformação do trabalho com essas famílias e a comunidade onde vivem, bem como buscar juntos na comunidade formas de resolver problemas e acompanhar as famílias em sua transformação.

Especificidades da orientação familiar em famílias vulneráveis no contexto angolano.

Em Angola existem algumas políticas públicas destinadas a protecção das famílias vulneráveis. Porém, nenhuma destas políticas se refere especificamente à orientação das famílias para o conhecimento, preparação e conscientização sobre a importância da inserção de seus filhos na educação pré-escolar, o que também é importante para o desenvolvimento integral das crianças.

Mas apesar disso, o “Projecto Todos Unidos Pela Primeira Infância - TUPPI” é um modelo de atendimento alternativo não institucional da Educação Pré-Escolar, que visa promover o desenvolvimento integral das crianças dos 0 aos 6 anos de idade, mediante a aplicação de uma estratégia intersectorial, baseada no protagonismo da família e na participação activa da comunidade. Este projecto foi concebido pelo Ministério da Educação em 2018, com base nas experiências do “Educa teu filho” de Cuba.

Os efeitos desta acção podem ser compreendidas nos argumentos de Donald Woods Winnicott (1984) citado por, Filipe (2013) quando defende que “cada criança, através do seu crescimento e desenvolvimento emocional saudável e satisfatório, melhora a família como um todo” (p.21). Reforça essa perspectiva Quiterio, et al., (2021) ao afirmar que consciencializar as famílias no contexto educativo

sejam elas vulneráveis ou fortes é uma acção de extrema importância para a promoção da saúde e da educação das crianças e adolescentes.

Analisando o exposto, é importante que se preste atenção às políticas de atendimento educacional e orientação especializada para essas famílias de modo a impactar positivamente o desenvolvimento integral das crianças e a protecção das famílias. Todavia, vale realçar que para realizar o processo de orientação às famílias vulneráveis para inserção das crianças na educação pré-escolar é necessário realizar uma campanha de sensibilização e divulgação, onde as famílias reconheçam a importância da educação como principal ferramenta de preparação e desenvolvimento dos seus filhos para uma vida futura mais digna e prazerosa.

Considerando que o desenvolvimento da primeira infância está entre as metas dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS1 e 4, relacionados com a eliminação da pobreza e do alfabetismo e as metas do Plano de Desenvolvimento Nacional- PDN 2018-2022, no Programa de Desenvolvimento da Educação Pré-escolar que se garanta a todas as meninas e a todos os meninos o acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, na perspectiva de alargar o atendimento das crianças no Subsistema de Educação Pré- Escolar.

A elaboração de programas com enfoque o fortalecimento das famílias poderá justificar a existência de todos os protocolos assumidos na agenda política nacional e internacional do Estado angolano sobre a protecção e desenvolvimento integral da criança. Portanto, trata-se de conjugação de forças quer do Estado através das suas instituições e parceiros, quer da família e da comunidade para que os objectivos propostos sejam alcançados.

Estratégias Metodológicas

Este estudo adopta uma abordagem qualitativa, associada ao paradigma interpretativo, voltada para a compreensão das dinâmicas sociais e das relações que não podem ser quantificadas. Em vez de medir os resultados, a pesquisa qualitativa busca entender e explicar os fenómenos, como já observado

em Sampieri (2010).

A pesquisa se insere no campo da investigação projetista, que foca no desenvolvimento e implementação de projectos com o objectivo de resolver problemas práticos. De acordo com Frascara (2016), a pesquisa projectista segue um processo interactivo e envolve várias etapas: identificação do problema, desenvolvimento de soluções, testes e avaliações das soluções propostas, ajustes com base nos resultados obtidos, e documentação de todo o processo para que outros possam aprender com ele.

Nesse contexto, a abordagem qualitativa foi escolhida para explorar as questões relacionadas à orientação das famílias vulneráveis na inserção de crianças de 3 a 5 anos na Educação Pré-escolar do Distrito do Zango. Para isso, utilizou-se entrevistas como ferramenta principal para a recolha de dados, buscando compreender as experiências e percepções dos participantes.

A pesquisa é descrita e interpretativa, pois, além de caracterizar a população em estudo, analisa as relações subjacentes ao fenómeno, explorando os significados, valores e interpretações oferecidas pelos participantes. O carácter descritivo possibilitou a identificação das percepções dos sujeitos, enquanto o carácter interpretativo permitiu a análise mais profunda dos dados. A pesquisa visa entender a realidade da orientação das famílias para garantir a inserção das crianças na educação pré-escolar, com o intuito de promover a equidade no acesso à educação.

O estudo contou com a participação de oito responsáveis de famílias, sendo seis mulheres e dois homens, com idades entre 25 e 49 anos. Todos os participantes residem no bairro há mais de dez anos, o que lhes confere um amplo conhecimento das dinâmicas sociais locais. No entanto, a maioria dos participantes apresenta um nível de escolaridade limitado, com apenas dois indivíduos possuindo o ensino básico completo, o que reflete as barreiras socioeconómicas que dificultam o acesso à educação.

Em termos de ocupação, todos os participantes trabalham no sector informal, com actividades como venda ambulante e serviços domésticos, o que evidencia a vulnerabilidade económica das famílias. Essa situação torna ainda mais difícil o acesso das crianças à educação formal, pois muitas vezes as famílias priorizam actividades económicas que garantem a sobrevivência, em detrimento da educação. Os agregados familiares são compostos por um número significativo de membros, variando de seis

a onze pessoas, com três a quatro crianças em idade pré-escolar em cada família. Essa configuração familiar destaca a necessidade urgente de garantir o acesso dessas crianças à educação, como forma de promover seu desenvolvimento integral e romper o ciclo de pobreza.

A recolha de dados foi realizada por meio de entrevistas estruturadas com os chefes de família do bairro em estudo. As entrevistas foram desenhadas com perguntas claras e objectivas, visando obter informações sobre o contexto familiar e a inserção das crianças na educação pré-escolar. O uso das entrevistas permitiu uma recolha de dados mais detalhada e personalizada, garantindo a confiabilidade dos resultados.

As dimensões de análise para a interpretação das respostas foram divididas em cinco grupos principais: 1. Sobre a Família e o Ambiente; 2. Conhecimento sobre Educação Pré-Escolar; 3. Acesso e Inscrição; 4. Apoio e Recursos; 5. Participação e Envolvimento.

A análise dos dados foi realizada por meio da análise de conteúdo, conforme os procedimentos descritos por Bardin (2006). Essa técnica permite a interpretação de material não estruturado, como entrevistas abertas, e é útil para organizar e dar sentido aos dados complexos. O processo de categorização foi conduzido com base nos princípios de exclusão mútua, pertinência e objetividade, criando categorias e subcategorias que facilitam a análise das respostas dos participantes.

Os dados foram organizados e agrupados de acordo com os temas principais identificados nas entrevistas, utilizando a abordagem do Discurso do Sujeito Colectivo. Isso permitiu uma análise detalhada e significativa dos dados, contribuindo para a compreensão dos desafios e das percepções das famílias sobre a inserção das crianças na educação pré-escolar.

Análise e discussão dos resultados

Sobre a Família e o Ambiente

A estrutura familiar em contextos de vulnerabilidade económica apresenta uma diversidade significativa, reflectindo diferentes realidades e formas de sobrevivência. As entrevistas realizadas com

chefes de família demonstram como a dinâmica familiar, composta por múltiplos membros e idades variadas, se relaciona directamente com as ocupações e as condições sociais dos indivíduos. Deste modo os entrevistados disseram:

Chefe da família 1: “Tenho uma família de 8 membros. Meus filhos têm entre 2 e 15 anos. Eu trabalho como ajudante de pedreiro, e minha esposa cuida das crianças em casa.”

Chefe da família 2: “Nossa família é composta por 6 pessoas. Tenho 4 filhos, com idades de 1 a 12 anos. Eu sou zungueira.”

Chefe da família 3: “Sou chefe de uma família de 7 integrantes. Meus filhos têm entre 3 e 16 anos. Meu esposo é mecânico, enquanto eu sou empregada para ajudar nas despesas.”

Chefe da família 4: “Minha família é formada por 9 pessoas. Tenho 5 filhos, com idades de 5 a 14 anos. Eu sou vendedora ambulante, não tenho esposo.”

Chefe da família 5: “Sou mãe de 5 filhos, totalizando 7 membros na família. As idades dos meus filhos variam de 2 a 10 anos. Trabalho vendedora na cantina dos malianos”

Chefe da família 6: “Minha estrutura familiar tem 8 membros. Tenho 6 filhos com idades de 4 a 18 anos. Trabalho como auxiliar de limpeza, sou viúva.”

Chefe da família 7: “Sou chefe de uma família de 6 pessoas. Tenho 4 filhos, que vão de 1 a 13 anos. Só custureira o meu esposo faz biscoito.”

Chefe da família 8: “Minha família é composta por 7 integrantes. Meus filhos têm entre 3 e 15 anos. Trabalho como cozinheira em um restaurante, sou solteira

Esses depoimentos convergem com diferentes realidades diferentes e ocupações que podem ser encontradas em famílias em situação de vulnerabilidade. Este estudo busca explorar as experiências de famílias com 5 a 9 filhos, que enfrentam desafios diários e se sustentam por meio de actividades informais e subempregos. A partir dos depoimentos recolhidos, é possível analisar como as ocupações desempenham um papel crucial na manutenção do lar, assim como as implicações sociais e económicas dessa realidade.

De acordo com a pesquisa de Bourguignon (2015), as famílias que dependem de empregos informais tendem a viver em condições mais precárias, com acesso limitado a serviços básicos e a uma rede de protecção social. Além disso, a presença predominante de mulheres como chefes de família,

como observado nas respostas dos chefes de família 4 e 6, destaca um fenômeno crescente em muitos contextos: a feminização da pobreza. Sen (2000) argumenta que as mulheres frequentemente carregam a maior parte das responsabilidades de cuidado e trabalho, o que pode resultar em uma sobrecarga emocional e financeira. As mães que sustentam suas famílias sozinhas, como a chefe da família 4, precisam enfrentar desafios adicionais, incluindo a falta de apoio econômico e social.

Assim sendo, esses relatos ressaltam a necessidade de políticas públicas que abordem as especificidades das famílias em situação de vulnerabilidade, promovendo oportunidades de emprego e acesso a serviços sociais que possam melhorar suas condições de vida.

Conhecimento sobre Educação Pré-Escolar

A Educação Pré-Escolar desempenha um papel fundamental no desenvolvimento das crianças, preparando-as para a transição para a educação formal. Em contextos de vulnerabilidade, o acesso a essa fase educacional é muitas vezes limitado, o que pode impactar significativamente o desenvolvimento das crianças e suas futuras oportunidades. Esta dimensão procura explorar a percepção de chefes de família sobre a importância da Educação Pré-Escolar e se eles têm conhecimento sobre a necessidade de que seus filhos frequentem essa etapa antes de ingressar na escola. Neste sentido, os chefes de família alegaram:

Chefe da família 1: “Sim, eu sei que a a creche é importante. Quero que meu filho aprenda antes de começar a escola. Infelizmente, não tenho condições financeiras para a creche.”

Chefe da família 2: eu gostaria que eles tivessem essa oportunidade, mas aqui onde moro não tem creche suficiente.”

Chefe da família 3: “Sim, eu sei que é importante. Infelizmente, só consegui colocar meu segundo filho agora na escola”

Chefe da família 4: “Eu não sabia muito sobre o pré-escolar até conversarem comigo na unidade de saúde. Acho que é bom, mas a mensalidade é um problema grande.”

Chefe da família 5: “Sim, sei que é importante. Aqui na comunidade, não temos do estado. Queria que meu filho tivesse mais acesso.”

Chefe da família 6: “Acredito que a Educação Pré-Escolar é fundamental. Infelizmente, meu trabalho como pedreiro não me permite ter um horário fixo para acompanhar as actividades da escola.”

Chefe da família 7: “Sim, sei que é importante. Meus filhos são pequenos, e gostaria muito de vê-los na pré-escola, mas as opções são escassas e eu não tenho condições para pagar.”

Chefe da família 8: “Não sei”.

Os depoimentos das chefes de família revelam uma consciência sobre a importância da Educação Pré-Escolar, mas também apontam para as barreiras financeiras e estruturais que limitam o acesso a essa etapa educacional. Segundo Pereira (2016), o acesso à Educação Pré-Escolar é um direito fundamental, mas em contextos de vulnerabilidade, as famílias enfrentam dificuldades que dificultam a matrícula e a permanência dos filhos nessa etapa.

Além disso, López (2018) destaca que a falta de recursos financeiros e a escassez de instituições educacionais adequadas são desafios que afetam diretamente a qualidade da educação oferecida às crianças. As mães e pais entrevistados refletem essa realidade, expressando o desejo de proporcionar uma educação de qualidade, mas enfrentando limitações que vão além de sua vontade. Em síntese, os depoimentos evidenciam a necessidade urgente de políticas públicas que garantam o acesso universal à Educação Pré-Escolar, especialmente em comunidades vulneráveis, promovendo assim uma base sólida para o desenvolvimento das crianças.

Acesso e Inscrição

A frequência em instituições de Educação Pré-Escolar é essencial para o desenvolvimento integral das crianças, especialmente em contextos de vulnerabilidade. No entanto, muitos chefes de família, particularmente aqueles sem escolaridade, podem não ter acesso a informações sobre a importância e os benefícios dessa etapa educativa. A dimensão acesso e inscrição visa entender as experiências e percepções de chefes de família vulneráveis em relação à frequência de seus filhos em instituições de Educação Pré-Escolar. Os entrevistados narram o seguinte:

Chefe da família 1: “Não, meu filho nunca foi à creche. Eu não sabia que era importante. Fico em casa cuidando dele, mas gostaria que ele tivesse mais oportunidades.”

Chefe da família 2: “Não, não tive como colocar meus filhos num centro infantil. A gente não tem condições e aqui onde moro não tem creche. Eles ficam em casa comigo.”

Chefe da família 3: “Não, eu não conheço nenhuma escola que aceite crianças pequenas. Meus filhos sempre ficaram em casa. Não sei muito sobre isso, mas queria que eles aprendessem.”

Chefe da família 4: “Não, não consegui matricular meus filhos em nenhuma. Trabalhar e cuidar deles é difícil, e o dinheiro é pouco para pagar qualquer coisa.”

Chefe da família 5: “Meus filhos nunca foram à escola. Não tenho informações sobre onde ficam as escolas. Acredito que eles precisavam disso, mas eu não sei como fazer.”

Chefe da família 6: “Não, meu filho não foi ao centro. Eu trabalho o dia todo e não tenho tempo para procurar uma escola. Além disso, não sei se teria dinheiro para pagar.”

Chefe da família 7: “Nunca coloquei meus filhos na pré-escola. Eu sou muito ocupado, e aqui não há escolas perto. Sinto que eles perdem algo, mas não sei como resolver.”

Chefe da família 8: “Eu não tenho condições.”

As respostas dos chefes de família revelam uma realidade preocupante em relação ao acesso à Educação Pré-Escolar. Apesar de reconhecerem a importância da educação, a falta de recursos financeiros e de informação adequada impede que suas crianças tenham essa oportunidade. Segundo Lourenço (2017), a Educação Pré-Escolar é um direito de todas as crianças, mas muitos pais em situação de vulnerabilidade enfrentam barreiras significativas que os impedem de garantir esse direito. Nogueira (2019) aponta que a ausência de escolaridade dos pais pode contribuir para a perpetuação do ciclo de pobreza e exclusão social, uma vez que a falta de conhecimento sobre a importância da educação pode levar à desinformação em relação às oportunidades disponíveis para os filhos

Assim sendo, os depoimentos apresentados reflectem não apenas a carência de recursos, mas também uma lacuna de informações que pode ser abordada por meio de iniciativas sociais e educativas que envolvam as comunidades. Deste modo, é urgente de políticas públicas que garantam acesso à

Educação Pré-Escolar e promovam a conscientização sobre sua importância, especialmente em áreas vulneráveis.

Apoio e Recursos

A inserção de crianças em instituições de Educação Pré-Escolar é fundamental para seu desenvolvimento e futura trajetória escolar. No entanto, famílias em situação de vulnerabilidade enfrentam desafios significativos que podem dificultar essa transição. Esta dimensão visa compreender quais tipos de apoio os chefes de família, especialmente aqueles sem escolaridade, consideram necessários para facilitar a inserção de suas crianças na Educação Pré-Escolar. Deste modo, os entrevistados alegaram:

Chefe da família 1: “Acredito que precisaria de ajuda para encontrar uma creche que não cobrasse muito. Um apoio financeiro também ajudaria, porque estou sem trabalho.”

Chefe da família 2: “Acho que precisava de transporte para levar meus filhos à escola. Não tenho como ir, e às vezes a escola fica longe.”

Chefe da família 3: “Seria bom ter alguém que me explicasse como funciona a pré-escola. Às vezes, não sei onde procurar ou como fazer a matrícula.”

Chefe da família 4: “Eu precisaria de apoio financeiro para pagar a mensalidade. Sem esse suporte, fica difícil colocar meus filhos na escola.”

Chefe da família 5: “Acho que precisaria de mais informação sobre as creches. Não conheço bem os lugares e como matricular meus filhos.”

Chefe da família 6: “Não sei que tipo de apoio.”

Chefe da família 7: “Eu precisaria de ajuda com a documentação necessária. Não sei o que é preciso e isso me impede de fazer a matrícula.”

Chefe da família 8: “Precisaria de um programa que ajudasse a pagar as despesas da escola. Assim, poderia colocar meu filho sem medo de não conseguir pagar.”

As respostas dos chefes de família mostram que a falta de apoio financeiro e de informação é um obstáculo significativo para a inserção das crianças na Educação Pré-Escolar. Freire (2010) argumenta que a educação deve ser acessível a todos, e que o papel do Estado é garantir que as condições para isso

existam, especialmente em comunidades vulneráveis. O acesso a recursos e informações é crucial para que essas famílias possam fazer escolhas informadas sobre a educação de seus filhos.

Neste sentido, Bourdieu (2008) enfatiza que as condições sociais e económicas afectam directamente as oportunidades educacionais. Ele destaca a importância do “capital cultural” que as famílias possuem, o que inclui conhecimento sobre o sistema educacional. Para muitas dessas famílias, a falta de escolaridade impede que entendam como funciona a Educação Pré-Escolar e quais são os seus direitos, perpetuando um ciclo de exclusão.

Em conclusão desta dimensão ressaltam a necessidade urgente de políticas públicas que ofereçam apoio financeiro, transporte e acesso a informações, facilitando assim a inclusão das crianças em programas de Educação Pré-Escolar.

Participação e Envolvimento

A participação em actividades que promovam a conscientização sobre a importância da Educação Pré-Escolar pode ser um factor decisivo para famílias vulneráveis. Muitas vezes, a falta de informação e recursos limita o acesso à educação, especialmente em contextos onde os pais não possuem escolaridade. Esta dimensão busca entender o interesse e a disposição de chefes de família em participar de actividades educativas que abordem os benefícios da Educação Pré-Escolar para seus filhos. Os entrevistados disseram:

Chefe da família 1: “Sim, gostaria muito de participar! Acho que seria bom aprender mais sobre como a educação pode ajudar meus filhos. Às vezes, não sei como ajudar.”

Chefe da família 2: “Com certeza! Eu quero que meus filhos tenham um futuro melhor. Participar de actividades assim me ajudaria a entender mais sobre a A Educação Pré-escolar.”

Chefe da família 3: “Sim, eu adoraria. Se houvesse uma reunião ou um curso, eu iria. Preciso de mais informações para saber o que é melhor para meus filhos.”

Chefe da família 4: “Eu gostaria de participar, mas não sei onde encontrar essas actividades. Seria bom ter mais apoio na comunidade para entender a

importância da educação.”

Chefe da família 5: “Não tenho muito tempo.”

Chefe da família 6: “Sim, eu acho importante. Se tiver actividades sobre educação, eu e outras mães da vizinhança gostaríamos de ir. Informação é tudo.”

Chefe da família 7: “Definitivamente. Quero aprender mais sobre como a educação pode beneficiar meus filhos. Participar de encontros seria óptimo.”

Chefe da família 8: “Sim, gostaria muito. Participar de eventos assim me ajudaria a entender o que meu filho precisa para ter um bom começo na vida.”

As respostas dos chefes de família revelam um interesse significativo em participar de actividades que abordem a importância da Educação Pré-Escolar. Esse desejo de aprendizado demonstra uma conscientização sobre os benefícios da educação, mas também aponta para a necessidade de iniciativas que facilitem essa participação.

Neste perspectiva, Gandin (2015) ressalta que a formação e a informação são essenciais para capacitar os pais e responsáveis, permitindo que eles tomem decisões mais informadas sobre a educação de seus filhos. Esta ideia é reforçada por Lévy (2016) que considera que a educação deve ser um processo coletivo e comunitário, onde a inclusão de pais e responsáveis é crucial para o sucesso educacional das crianças.

Portanto, promover actividades educativas que envolvam as famílias não só fortalece o vínculo entre a educação e a comunidade, mas também ajuda a superar barreiras relacionadas à falta de escolaridade. Contudo, essas considerações reforçam a importância de políticas públicas que incentivem a formação de grupos de pais e responsáveis, criando espaços para a troca de informações e experiências sobre a Educação Pré-Escolar.

Projecto de Intervenção

Com base na observação e na análise dos resultados das entrevistas, foi possível delinear um projecto de intervenção social com a finalidade de propor um sistema de actividades para orientar as famílias vulneráveis com crianças de três a cinco anos na Educação Pré-Escolar. Para concretizar esse

objectivo, foram estabelecidas as seguintes actividades:

Promoção de Treinamento Parental.

Neste ponto realizaram-se duas actividades. Na primeira actividade, participaram 25 pessoas, compostas por pais, mães e filhos de 5 anos, representando 6 famílias. Em uma dinâmica de grupo, as famílias foram divididas em três subgrupos e discutiram a importância da educação. Após isso, cada grupo listou as vantagens do acesso à educação formal para as crianças no futuro. A actividade teve como propósito estimular uma reflexão sobre as percepções e expectativas das famílias em relação à educação e ao papel fundamental que ela desempenha no futuro das crianças.

No entanto, observou-se que, na maioria dos casos, as famílias tinham uma noção limitada sobre o papel activo dos pais na educação dos filhos. Embora reconhecessem o valor da educação, muitos pais tinham uma compreensão restrita sobre a importância do envolvimento deles fora do contexto escolar. Isso evidenciou a necessidade de aprofundar a conscientização sobre o impacto das práticas educativas diárias e dos cuidados afectivos no desenvolvimento das crianças.

Na segunda actividade, a moderadora distribuiu uma lista de necessidades básicas das crianças para cada grupo, que discutiu o que entendiam como as principais necessidades para o desenvolvimento infantil. Em seguida, cada participante foi convidado a refletir sobre as necessidades que não conseguia atender aos filhos e justificar as razões. Essa actividade visou promover uma reflexão crítica sobre as condições de vida e a responsabilidade dos pais em garantir as necessidades essenciais para o crescimento saudável das crianças. Contudo, alguns participantes demonstraram dificuldades em compreender e identificar plenamente as necessidades básicas da criança, o que apontou para uma lacuna no conhecimento sobre o papel dos pais no desenvolvimento integral. Esse momento de confusão indicou a necessidade de esclarecer e reforçar as informações para garantir que todos compreendessem sua função na proteção e no desenvolvimento de seus filhos.

O resultado final foi um aumento na conscientização dos pais sobre sua função crucial no

desenvolvimento integral dos filhos, promovendo o fortalecimento das práticas educativas dentro do ambiente familiar. As famílias saíram mais informadas e motivadas a buscar soluções para atender melhor às necessidades de seus filhos, refletindo um avanço positivo na conscientização parental.

Realização de Treinamento sobre Práticas Educativas Positivas

O objectivo dessa actividade foi promover a educação parental positiva e influenciar mudanças nas crenças das famílias sobre a educação dos filhos. Participaram 30 pessoas de 7 famílias, incluindo uma nova família. A actividade focou na reflexão sobre práticas parentais negativas (como negligência, abandono, violência e trabalho infantil) e suas consequências no bem-estar da família e no futuro das crianças. Facilitou essa reflexão, associando essas práticas com as necessidades das crianças, e pediu aos grupos que indicassem condutas mais adequadas para cada situação, com base em suas experiências familiares.

O exercício teve como objetivo ajudar os pais a reconhecerem as consequências das práticas negativas e a identificarem alternativas mais construtivas e positivas para lidar com desafios semelhantes. Ao reflectirem sobre as atitudes prejudiciais, as famílias puderam entender melhor como essas práticas afetam o desenvolvimento das crianças e a harmonia familiar. Isso também as conscientizou sobre a importância de adoptar comportamentos mais adequados, criando um ambiente propício ao aprendizado e ao crescimento saudável das crianças. Como resultado, os pais demonstraram maior disposição para modificar comportamentos prejudiciais e adoptar práticas educativas mais positivas, avançando em seu entendimento sobre a educação dos filhos.

Implementação de Dinâmicas de Grupo:

O objectivo dessa sessão foi motivar os pais a se envolverem mais activamente nos processos educativos e de aprendizagem de seus filhos. Foram realizadas várias actividades, como palestras, rodas

de partilha e momentos de diversão, com grande participação e entusiasmo das famílias, reflectindo o interesse em colaborar no desenvolvimento das crianças.

A primeira actividade, uma palestra, contou com 22 pais e mães. Compartilhou-se informações sobre a educação pré-escolar, os benefícios do desenvolvimento infantil e o papel da família. Os pais foram muito engajados, expressando dúvidas e reflexões sobre como poderiam contribuir para o aprendizado de seus filhos.

A segunda actividade envolveu 33 pessoas e visou aproximar as famílias do centro educativo. As mães escolheram tarefas para realizar ao longo da semana com as crianças, como organizar o espaço e participar das reuniões. A actividade mais popular foi a “roda de brincadeiras”, com 45 crianças, onde elas puderam aprender e brincar de forma autónoma, enquanto as mães supervisionavam com o apoio dos educadores. Essas actividades ajudaram a fortalecer o vínculo entre as famílias e o centro educativo, promovendo uma interação mais próxima e colaborativa entre todos os envolvidos, tal como ilustra as imagens a baixo:

Imagem – Ilustrando a roda da diversão



Atendendo as características das crianças e aditivamente, a condição socio-económica das

famílias, para captar a atenção das mesmas e participarem activamente das actividades era necessário criar uma motivação. Uma das mais eficazes foi a distribuição dos lanches e elas colaboravam sem apresentarem quaisquer birras. Por um lado, este foi um dos grandes desafios enfrentado no campo de estágio, pois, foi um factor decisivo até para a participação das famílias.

Desde essa perspectiva, Goodyear e Rubovits (1995) (citado por Ribeiro, 2003) se baseando na pirâmide de necessidades de Maslow defendem que:

O ser humano esforçar-se-á por satisfazer as necessidades mais elevadas da hierarquia somente depois de satisfeitas aquelas que se situam em níveis mais básicos, o que implica que uma pessoa que, por exemplo, não possui uma fonte adequada e consistente de alimento, água, oxigénio, habitação e sentido de pertença, não terá assegurado as condições para poder desenvolver a sua auto-estima, (p. 42).

Assim sendo, foi necessário constituir parcerias com a Administração do distrito, Comissão de moradores e a Igreja católica no sentido de conjugar esforços em prol ao bem-estar das crianças. Desta feita, resultou então da sedência do espaço onde aconteciam as interações, com ajuda de uma dinamizadora, que é técnica da administração tal como ilustra a imagem a baixo:



Imagem –Ilustrando o término da actividade na roda da brincadeira

A actividade 3 teve como objectivo envolver as famílias nas actividades educativas no contexto familiar. Participaram 36 pessoas, de 9 famílias, que se comprometeram a adoptar práticas simples, como cuidar da higiene das crianças e ajudar nas tarefas. Durante os trabalhos em grupo com as crianças, pais e filhos compartilharam funções, como quando as crianças desenhavam e os pais pintavam os desenhos, que depois foram exibidos na galeria da comunidade.

Essa actividade fortaleceu a colaboração entre o centro e as famílias, integrando-as nas rotinas educativas e incentivando a participação activa. Foi percebido que a motivação das famílias para se envolver na educação dos filhos depende de vários factores, incluindo as crenças sobre a educação e sua experiência prévia. Além disso, o centro educativo desempenhou um papel importante ao implementar estratégias para promover o envolvimento familiar. Partilha este ponto de vista, segundo Hoover-Dempey & Sandler (2005) (citado por, Mata & Pedro, 2021):

A motivação dos pais para se envolverem em contexto escolar se deve, sobretudo, ao sistema de crenças dos pais em dois grandes domínios: o que entendem ser o seu papel de pais e a sua percepção de eficácia na boa condução da acção educativa. A percepção do papel parental inclui, por sua vez, o modo como os pais interpretam a partilha de responsabilidades no desenvolvimento das dinâmicas de aprendizagem e de progressão dos filhos. Assim, os pais podem atribuir um papel relevante às solicitações das crianças, dos educadores e do jardim de infância, considerando-as uma boa oportunidade para melhores aprendizagens, ou por outro lado, podem considerar que estas acarretam mais um esforço pouco compensatório e sobrecarga nas rotinas do dia-a-dia.

Ainda na perspectiva de Deslandes, 2001; Walker et al., (2005) (citado por Mata & Pedro, 2021), a motivação dos pais para se envolverem em contexto escolar passa, assim, pela compreensão e interpretação do seu papel educativo, enquanto pais. Além disso, também tem haver com a percepção das suas competência e eficácia no desempenho desse papel, que se traduz na percepção que os pais têm dos resultados da sua acção educativa. Para estes autores, o desempenho deste papel de suporte às

aprendizagens dos filhos pode ser encarado por estas famílias como positiva e eficaz ou frustrante e pouco compensadora.

Nesta ordem de ideias, para as famílias vulneráveis, além do factor económico, a ausência de hábitos e costumes positivos torna-se o cerne da multiplicidade dos factores de risco do bem-estar familiar e de seus membros. Desta feita, a promoção de práticas educativas parentais positivas, configura-se numa grande estratégia de fortalecimento dos factores de protecção e desenvolvimento integral das crianças em idade pré-escolar.

Este projecto assume o modelo de educação parental comportamental proposto por Medway (1989), conforme citado por Ribeiro (2003). Segundo Medway (1989), o objectivo é treinar pais, familiares e outros envolvidos no ambiente da criança para promover mudanças no comportamento e nas condições sociais. O modelo foca no comportamento observável e nas variáveis ambientais que sustentam padrões comportamentais.

Além disso, este modelo foi articulado com o Responsive Parenting Program e o Portage Project, ambos reconhecidos por suas características de intervenção educativa e fortalecimento das competências familiares. O Responsive Parenting Program, segundo Ribeiro (2003), visa treinar os pais para se tornarem agentes efectivos de mudança no comportamento das crianças. O programa é estruturado e estabelece objectivos e actividades para cada sessão, seguindo quatro passos: definir o comportamento-alvo, medir a duração e a ocorrência do comportamento, intervir utilizando consequências naturais e avaliar a eficácia do tratamento. Um aspecto inovador é que os pais treinam outros pais, aproveitando suas experiências e conhecimentos.

Considerações Finais

Depois da análise e discussão das opiniões dos sujeitos participantes apoiados ao referencial teórico, conclui-se que a orientação de famílias vulneráveis para inserção das crianças no subsistema de ensino pré-escolar é uma estratégia ou actividade com dimensão política e pedagógica, pelo facto

de produzir efeitos significativos quer no desempenho das funções sociais familiares, na garantia dum processo educativo eficiente e de sucesso às crianças e da política educativa pré-escolar, quer na promoção do desenvolvimento integral e da dignidade da pessoa humana.

A análise dos fundamentos teóricos relacionados à orientação familiar no subsistema da Educação Pré-Escolar revelou a importância da necessidade de envolvimento das famílias no processo educativo das crianças, especialmente em contextos de vulnerabilidade. As teorias enfatizam a interação entre a criança e os diferentes contextos sociais, destacando que a participação dos pais é crucial para o desenvolvimento integral da criança.

Além disso, os modelos como o Responsive Parenting Program e o Portage Project mostraram que a capacitação dos chefes de família e a promoção de práticas educativas positivas contribuem para a inserção eficaz das crianças na Educação Pré-Escolar. A orientação familiar, portanto, não apenas apoia as crianças em sua transição para a escola, mas também fortalece as competências parentais, criando um ambiente mais propício para a aprendizagem e o desenvolvimento, o que é fundamental para garantir que todas as crianças tenham acesso a uma educação de qualidade desde os primeiros anos.

Desde essa perspectiva, ficou patente que a família é a primeira instituição educativa e a escola uma instituição que complementa a acção educativa da família, mas, apesar disso, as famílias que apresentam vários factores de riscos ou vulnerabilidade social encontram dificuldades no cumprimento deste requisito. Além disso, para que as famílias garantam a assistência a educação (formal e informal) às crianças dependem de vários factores tais como: das possibilidades financeiras, a crença dos progenitores sobre a educação.

A caracterização do estado actual das famílias vulneráveis com crianças de três a cinco anos na Educação Pré-Escolar no bairro do Zango demonstrou desafios significativos que impactam directamente o acesso e a qualidade da educação das crianças. Muitas dessas famílias enfrentam dificuldades financeiras, falta de informação e recursos limitados, o que impede a matrícula em instituições de ensino. Paralelamente a isso, a ausência de apoio e orientação adequada acentua a exclusão social e educacional, compromete o desenvolvimento integral das crianças. A realidade dessas famílias destaca

a urgência de intervenções sociais e educativas que promovam a conscientização sobre a importância da Educação Pré-Escolar e que fortaleçam o envolvimento dos pais, criando condições que possibilitem a inserção efetiva das crianças nesse importante estágio formativo.

Finalmente, a elaboração de um sistema de actividades de orientação para famílias vulneráveis no bairro foi essencial para facilitar a inserção de crianças de três a cinco anos na Educação Pré-Escolar. Este sistema facilitou o treinamento parentais que conscientizou sobre a importância da educação, além de práticas educativas que incentivem o envolvimento dos pais no desenvolvimento de suas crianças. Dinâmicas de grupo e acções comunitárias podem proporcionar um espaço de troca e aprendizado, fortalecendo a rede de apoio entre os moradores.

Portanto, com um enfoque nas necessidades específicas das famílias, esse conjunto de actividades não apenas promoverá a matrícula das crianças nas instituições de ensino, mas também contribuirá para a construção de um ambiente familiar mais propício à aprendizagem, garantindo que essas crianças tenham acesso a oportunidades educativas essenciais para seu futuro.

Referências bibliográficas

Angola. Lei n.º 17/16, de 7 de Outubro. Publicado no Diário da República, I Série, n.º 170. Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino.

Angola. Lei n.º 32/20, de 12 de Agosto. Publicado no Diário da República, I Série, n.º 123. Lei que altera a Lei n.º 17/16, de 7 de Outubro (Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino).

Alegret, P. L. (1991). O sistema familiar no Processo de formação da vocação dos filhos (Tese doutoral).

Alegret, P. L., Suárez, S. M., Aragón, E. N., & Echevarria, A. R. (2004). Família e Escola. Povo e Educação.

Bardin, L. (2006). Análise de Conteúdo. Lisboa: Edições 70, Lda.

Batista, T. (2019). A importância da família no processo educativo. Educar FCE, 1735-1745.

Bourdieu, P. (2008). A Educação Superior e a Reprodução. Editora Ática.

Bourguignon, F. (2015). The Globalization of Inequality. Princeton University Press

Castro, A. (2010). Famílias e vulnerabilidades sociais. Universidade Agostinho Neto.

Frascara, T. (2016). Design and the social sciences: Making connections. Bloomsbury Academic.

Filho, P. d. (4 de outubro de 2022). Atendimento à famílias e indivíduos em situação de risco e vulnerabilidade social. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brazil.

Filipe, P. D. (2013). Envolvimento Parental: O Papel do Pai na Educação dos Filhos. esec.

Freire, P. (2010). Pedagogia do Oprimido. Editora Paz e Terra.

Fundo de Apoio Social FAS. (2023). Relatório Anual do Programa Kwenda de 2022 /Porjecto de Fortalecimento de Protecção Social - Tranferências Sociais Monetárias. Luanda: Instituto de Desenvolvimento Local.

Gandin, L. A. (2015). Educação e Formação: O Papel da Comunidade. Editora Autêntica

Godoy, A. S. & Rubovits (1995). Introdução À Pesquisa Qualitativa E suas Possibilidades: Uma revisão histórica dos principais autores e obras que reflectem esta metodologia de pesquisa em Ciências Sociais. Revista deAdministração de Empresas, 57-63.

Gómez, A. M., Ferreira, I. R., Cabot, M. V., Díaz, M. E., Morán, M. P., González, A. A., & Mojarrieta, B. P. (2011). PARA QUE LA FAMILIA EDUQUE MEJOR: Materiais de Orientação Para Agentes Educativos que Preparam a las Familias Con Niños Y Niñas de 0 A 6 Años. Ministério de Educação da República de Cuba.

Lima, M. d. (2019). Participação da Família na Construção da Gestão Democrática. Revista Educar FCE, 1453-1466.

López, M. (2018). Educação e Desigualdade: Um Estudo sobre o Acesso à Educação Infantil. Editora

Vozes.

Lourenço, C. (2017). Educação Infantil: Direitos e Desafios na Acesso à Educação. Editora Universidade

Mata, L., & Pedro, I. (2021). Participação e Envolvimento das Famílias: Construção de Parcerias em Contextos de Educação de Infância. Ministério da Educação/Direção-Geral da Educação (DGE).

Medway, F. (1989). Measuring the Effectiveness of Parent Education. In M. Fine (Ed.), *The Second Handbook on Parent Education – Contemporary Perspectives* (pp. 237–256). California: Academic Press, Inc.

Morgado J. (2005). Currículo e profissionalidade docente. Porto. Porto Editora

Nogueira, R. (2019). Educação e Exclusão: A Influência da Escolaridade dos Pais nas Oportunidades das Crianças. Editora Cortez.

Patias, N. D., Siqueira, A. C., & Dias, A. C. (2013). Práticas educativas e intervenção com pais: a educação como proteção ao desenvolvimento dos filhos. *Mudanças – Psicologia da Saúde*, 29-40.

Piedade, M. (2012). Vulnerabilidade social e o papel da família na prevenção. Instituto Superior de Ciências de Educação de Luanda.

Pereira, A. (2016). Educação Infantil: Desafios e Oportunidades no Acesso e na Qualidade. Editora Universidade

Quiterio, P. L., Leme, V. B., Carmo, M. M., Silva, J. P., & Camelo, B. d. (2021). Programa de orientação familiar desenvolvido no serviço de psicologia aplicada de uma universidade pública. *Psicologia Clínica*, 119-139.

Razeto, A. (2016). O involucramiento das famílias na educação dos meninos. Quatro reflexões para fortalecer a relação entre famílias e escolas.

Ribeiro, M. J. (2003). Ser Família: Construção, implementação e avaliação de um programa de Educação Parental. Universidade do Minho - Instituto de Educação e Psicologia.

Romudas, M. B. (2021). Intervenção Centrada na família: olhar dos profissionais de uma equipa local de Intervenção. Instituto Politécnico de Portalegre/ Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, 1-84.

Sampieri, R., Callado, C. F., & Lucio, P. B. (2010). Metodologia de la investigacion (5ª ed.). México: McGraw-Hill.

Sen, A. (2000). Development as Freedom. Oxford University Press

Sousa, A. P., & Filho, M. J. (2008). A importância da parceria entre família e escola no desenvolvimento educacional. Revista Ibero-americana de Educação, 1-8.

Vilhena, G., & Silva, M. I. (2002). Organização da Componente de Apoio à Família. Ministério da Educação Departamento da Educação Básica-Núcleo de Educação Pré-Escolar.